



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2019

(nº 126/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 126

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os méritos do Senhor Pedro Fernando Brêtas Bastos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de abril de 2019.

Brasília, 27 de Março de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS**, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre a organização internacional e *curriculum vitae* de **PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 71 /2019/CC/PR

Brasília, 11 de abril de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS

CPF.: 16129512791

ID.: 7251 MRE

1947 Filho de Pedro Brêtas Bastos e Alda Dutra Corrêa Bastos, nasce em 5 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1970 Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil/RJ

1973 Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas/RJ

1977 CPCD – IRBr

1981 CAD – IRBr

1994 CAE - IRBr, Nigéria: Ilusão de Grandeza e Real Vocação de Liderança. Considerações sobre as Relações com o Brasil

Cargos:

1978 Terceiro-Secretário

1980 Segundo-Secretário

1986 Primeiro-Secretário

1991 Conselheiro

1999 Ministro de Segunda Classe

2005 Ministro de Primeira Classe

2012 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1978 Divisão da América Central e Setentrional, Assistente

1981 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário

1984	Embaixada em Lisboa, Segundo e Primeiro-Secretário
1987	Embaixada em Lagos, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Comissionado
1990	Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador-Executivo
1992	Embaixada em Lisboa, Conselheiro
1996	Embaixada em Assunção, Conselheiro
1999	Divisão da América Meridional-I, Chefe
1999	Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), Representante Político Alternativo do MRE (1999 a 2004)
1999	XXVIIIª a XXXIIIª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, Chefe de delegação (1999 a 2004)
1999	Reuniões da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Ponte São Borja-Santo Tomé (COMAB), Coordenador da delegação (1999 a 2004)
2000	Conselho Superior de Preparação do Projeto Aquífero Guarani (CSPP), Representante do Governo brasileiro (2000 a 2003)
2002	Reuniões da Comissão do Acordo de Transportes Fluviais pela Hidrovia Paraguai-Paraná, Chefe de delegação, (2002 a 2004)
2002	Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (CLQ), Representante do MRE (2002 a 2004)
2002	Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), Representante do MRE (2002 a 2004)
2003	Reuniões do Comitê Executivo da Comissão Mista Binacional Permanente em Matéria Energética entre Brasil e Argentina, Representante do MRE (2003 e 2004)
2004	GT para a Construção da Hidrelétrica de Garabi, Rio Grande do Sul, Representante do MRE
2005	Ministério dos Transportes, Gabinete, Assessor Especial
2005	Senado Federal, Presidência do Senado, Secretaria de Relações Internacionais, Diretor
2008	Embaixada em Dublin, Embaixador
2013	Embaixada em Ottawa

Condecorações:

1990	Ordem de Mayo, Argentina, Oficial
1990	Ordem do Mérito, Portugal, Oficial

1990	Ordem Cóndor de los Andes, Bolívia, Cavaleiro
1990	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1994	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2000	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2001	Ordem Bernardo O`Higgins, Chile, Grande Oficial
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2012	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2013	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento da África
Divisão de África II

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Março de 2019

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Estados membros	9 Estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial (desde 2014), Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (desde 2002)
Observadores Associados	República de Maurício (desde 2006); Senegal (desde 2008); Geórgia, Japão, Namíbia, Turquia (desde 2014); República Tcheca, República Eslovaca, Hungria, Uruguai (desde 2016); Argentina, Chile, Itália, Andorra, França, Luxemburgo, Sérvia, Reino Unido e Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (desde 2018)
Fundação	17 de julho de 1996
Ano de adesão do Brasil	1996 (membro fundador)
Sede	Lisboa (Portugal), sede do Secretariado Executivo da CPLP
Principais órgãos	Conferência de Chefes de Estado e de Governo; Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores; Comitê de Concertação Permanente; Secretariado Executivo; Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); Reunião de Pontos Focais de Cooperação; Conferências e Reuniões Ministeriais; Assembleia Parlamentar.
Principais chefias	Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros; Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros; Secretário/a Executivo/a (precedência protocolar equivalente à de chanceler);

Secretário/a Executivo/a	Francisco Ribeiro Telles, ex-embaixador de Portugal no Brasil (2019-2020)
Diretora-Geral (responsabilidades administrativas)	Georgina de Mello (Cabo Verde), desde fevereiro de 2014.

Informação elaborada em 22 de março de 2019 pela Divisão de África II.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Embaixador Francisco Ribeiro Telles
Secretário Executivo da CPLP

Graduado em História pela Universidade de Lisboa e diplomata de carreira, serviu na Espanha, Cabo Verde, Angola, Brasil e Itália. Recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul pelos serviços prestados às relações bilaterais, ao concluir a sua missão diplomática à frente da embaixada de Portugal em Brasília. Assumiu a posição de secretário executivo da CPLP em janeiro de 2019, para um mandato de 2 anos. Em consonância com o tema escolhido pela presidência de turno cabo-verdiana (2018-2020), “As pessoas, a cultura, os oceanos”, o secretário executivo deverá priorizar o aprofundamento das discussões em torno da circulação de pessoas no espaço da Comunidade, bem como conferir atenção ao tema dos oceanos, em perspectiva abrangente de meio-ambiente, defesa e fluxos comerciais, sem prejuízo dos três objetivos constitutivos da Comunidade: a concertação política, a cooperação para o desenvolvimento e a promoção da língua portuguesa.



Georgina Benrós de Mello
Diretora-Geral da CPLP

Nacional de Cabo Verde. Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, com pós-graduações no Brasil e nos Estados Unidos, além de mestrado em Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento na Universidade de Cabo Verde. Trabalhou como economista em Cabo Verde e em Timor-Leste, com experiência nos setores público e privado. Antes de ingressar na CPLP, exercia as funções de Coordenadora da Unidade Nacional de Implementação do Programa Quadro Integrado Reforçado da Organização Mundial do Comércio em Cabo Verde. É diretora-geral da CPLP desde 3 de fevereiro de 2014, tendo sido aprovada em concurso público internacional, para cumprir mandato de três anos, renovado por igual período.

Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na Cimeira Constitutiva de Lisboa.

A língua comum é a base sobre a qual se constrói a Comunidade, formada por estados membros que compartilham também laços históricos, étnicos e culturais. A CPLP tem, consoante seus estatutos, três objetivos centrais, que formam os pilares sobre os quais se desenvolve sua atuação: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios, consagrados nos Estatutos da organização: igualdade soberana dos estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada estado; respeito pela sua identidade nacional e integridade territorial; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A origem da Comunidade como organismo intergovernamental remonta ao primeiro encontro de chefes de estado e de governo de língua portuguesa (São Luís do Maranhão, novembro de 1989), de iniciativa do então presidente José Sarney. Nessa ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede na cidade da Praia, Cabo Verde. Em 2005, o IILP foi integrado formalmente à organização como principal foro de coordenação comunitária para a promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP possui três órgãos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (com reuniões bienais); o Conselho de Ministros, formado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (com reuniões ordinárias anuais), e o Comitê de Concertação Permanente, que reúne os representantes permanentes dos estados membros junto à organização (CCP, com reuniões mensais na sede na CPLP em Lisboa). Além disso, desde 2002, integram a estrutura da CPLP as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião de Pontos Focais de Cooperação. Já a Assembleia Parlamentar da CPLP foi constituída em 2007, também como órgão integrante da organização. Objetiva promover o diálogo e a integração entre os parlamentos dos estados membros, sem ter, porém, competência legislativa.

A presidência da CPLP tem caráter rotativo, com mandato de dois anos. O estado membro que sedia a Conferência de Chefes de Estado e de Governo assume a

presidência da Comunidade pelo período subsequente. Cabo Verde assumiu a presidência por ocasião da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Santa Maria, em 17 e 18 de julho de 2018, sucedendo o Brasil (2016-2018) e Timor-Leste (2014-2016). Conforme decisão adotada durante a cúpula de Cabo Verde, em 2020 será a vez de Angola sediar a XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo e assumir a presidência de turno da CPLP.

O país que ocupa a presidência coordena as reuniões dos três órgãos deliberativos - Conferência, Conselho de Ministros e CCP, bem como as reuniões setoriais e as de pontos focais de cooperação. Em todas as instâncias deliberativas da CPLP, as decisões são tomadas por consenso.

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão operacional da organização. Suas funções principais são implementar as decisões emanadas dos órgãos deliberativos; assegurar a execução dos programas de cooperação além de representar a CPLP em instrumentos firmados com outros entes internacionais. É comandado pelo/a secretário/a executivo/a, secundado/a pela/o diretor(a)-geral. Ao Secretariado Executivo subordinam-se 3 diretorias: de Cooperação, de Ação Cultural e Língua Portuguesa e a de Finanças.

A nomeação do secretário executivo é objeto de decisão política, em bases rotativas entre os estados membros (usualmente por ordem alfabética de países), para mandatos de dois anos renováveis por mais dois, ao passo que a de diretor-geral é resultante de concurso público internacional. Desde janeiro de 2019, o cargo de secretário executivo é ocupado pelo embaixador português Francisco Ribeiro Telles. A atual diretora-geral, Georgina Benrós de Mello, nacional de Cabo Verde, assumiu suas funções em fevereiro de 2014.

O Secretariado Executivo conta hoje com cerca de 40 funcionários. Desse total, três são funcionários de governos dos estados membros, cedidos à CPLP. O Brasil destacou o Conselheiro Paulo André Moraes de Lima, lotado desde fevereiro de 2017 na Missão do Brasil junto à CPLP, para exercer a função de assessor político-diplomático no Secretariado Executivo.

A CPLP conta com duas fontes de financiamento, previstas em seus estatutos. A primeira delas é o orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo, de caráter anual, custeado por contribuições obrigatórias dos estados membros. O valor anual do orçamento, bem como o das contribuições de cada estado membro, é definido por resolução do Conselho de Ministros. A contribuição do Brasil (que é, desde 2013, o maior contribuinte isolado) estabelecida para o orçamento de 2019 representa cerca de 28% do total. A segunda fonte de financiamento da CPLP é o Fundo Especial,

alimentado por contribuições voluntárias, que visa a custear projetos e ações pontuais de cooperação.

As Reuniões Ministeriais Setoriais são constituídas pelos ministros e secretários de estado dos diferentes setores governamentais de todos os estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos setores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a presidência de turno. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano. O Brasil é representado na Reunião de Pontos Focais de Cooperação pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), unidade do Ministério das Relações Exteriores.

Constituída legalmente em 2007, também como órgão integrante da organização, a Assembleia Parlamentar da CPLP foi instalada em 2009. Ela substitui o Foro Parlamentar da CPLP, instituído para fomentar os contatos entre os legislativos dos estados membros. Em reunião em abril de 2015, em Luanda, os presidentes dos grupos nacionais da Assembleia Parlamentar anunciaram que a capital angolana sediaria o Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar.

A CPLP oferece a possibilidade de associação por meio das categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. A primeira é facultada a terceiros países ou organizações internacionais ou regionais, enquanto a segunda diz respeito a entidades estatais ou das sociedades civis dos nove países identificadas com os princípios e propósitos da CPLP.

Desde 2010, o Regulamento dos Observadores Associados da CPLP estabelece critérios mais definidos de concessão, manutenção e funcionamento da categoria de observador associado no seio comunitário, em particular o empenho do estado pleiteante na promoção e difusão da língua portuguesa. Para tanto, estabeleceram-se, como requisitos da candidatura, entre outros, a apresentação, pelo país candidato, de um plano de atividades indicativo da parceria que tenciona estabelecer com a Comunidade, bem como de um plano de ação específico em prol da língua portuguesa.

São Observadores Associados Uruguai, Senegal, Geórgia, Japão, Namíbia, Turquia, República Tcheca, República Eslovaca, Hungria, Maurício, Argentina,

Chile, Itália, Andorra, França, Luxemburgo, Sérvia e Reino Unido, além da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura. O elevado número de Observadores Associados na CPLP aponta para um crescente reconhecimento internacional do organismo.

A ação político-diplomática da Comunidade desenvolve-se em vários níveis. O mais imediato compreende o diálogo político entre os estados membros com vistas ao fortalecimento institucional nos países da CPLP. Esse diálogo tem desdobramentos práticos em iniciativas concretas de cooperação e apoio em casos de crise, seja no interior dos órgãos comunitários, seja em colaboração com outros organismos regionais a que pertençam os estados membros, seja ainda em concertação com terceiros estados ou organismos. Existe espaço para estreita coordenação dos nove países nos foros multilaterais, em questões como segurança alimentar e energética, migrações internacionais, construção da paz em situações pós-conflito, entre outras.

Nas sedes de organismos internacionais e em diversas capitais, foram criados os “Grupos CPLP”, formados pelos representantes permanentes e embaixadores dos estados membros, com o objetivo de manter o diálogo e a articulação política sobre os temas pertinentes a cada Grupo. A CPLP tem tido participação construtiva, em consulta com outros atores internacionais, em crises políticas, como o processo de independência de Timor-Leste. Exemplo mais recente dessa concertação político-diplomática é o acompanhamento por parte da CPLP da situação na Guiné-Bissau.

A CPLP busca, ademais, estimular maior coordenação entre seus estados membros nos diversos foros multilaterais de que participam, bem como articular o apoio conjunto a candidaturas de seus membros a organismos internacionais. A declaração de apoio conjunto a eventuais candidaturas de estados membros a cargos e funções em organismos internacionais é formalizada nos comunicados finais e declarações das reuniões do Conselho de Ministros e das Cúpulas. Cabe lembrar que a CPLP foi o primeiro organismo internacional a apoiar em bloco, na Cúpula de Luanda, em 2010, candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO. A CPLP apoiou, também, a candidatura do embaixador Roberto Azevedo ao cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013, além de ter endossado a candidatura do Dr. José Graziano da Silva à sua reeleição na FAO, em 2015. Em Reunião Informal do Conselho de Ministros da CPLP, à margem da 73ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2016, os estados membros da CPLP encorajaram a candidatura do português António Guterres ao cargo de Secretário Geral das Nações Unidas. António Guterres foi eleito pela AGNU em 13 de outubro de 2016 e participou da Cúpula da CPLP em Brasília no mesmo ano. Mais recentemente, a

candidatura da deputada federal Mara Gabrilli ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas contou com o apoio em bloco dos países da CPLP.

Também a presença da CPLP no acompanhamento de processos eleitorais de estados membros, sempre a pedido destes, tem sido frequente. Além de contribuir com regularidade para o financiamento das missões de observação eleitoral (MOEs) no âmbito da CPLP, o Brasil integrou todas as cerca de 30 missões de observação eleitoral desde que elas foram instituídas, tendo sido a mais recente aquela realizada na Guiné-Bissau em março corrente. Na visão brasileira, as MOEs contribuem para o desenvolvimento institucional em bases democráticas dos estados membros.

Em 1999, a 54ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) concedeu o status de Observador à CPLP. Desde 2005, a Assembleia Geral adota, a cada dois anos, resolução sobre a cooperação entre as duas organizações, tendo sido a mais recente em agosto de 2017. Além disso, a CPLP possui acordos de cooperação e memorandos de entendimento com alguns dos principais organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI); a ONU-Mulheres, entre outros.

Na área da cooperação, a atuação da CPLP engloba hoje um número significativo de temas, seja por meio da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, seja no âmbito das Reuniões Setoriais Ministeriais: saúde, trabalho, previdência social, educação, cultura, defesa, igualdade de gênero, justiça, turismo, ciência e tecnologia, direitos humanos, juventude, esportes e comércio. Muitas dessas áreas já elaboraram planos estratégicos de cooperação, que se encontram hoje em diferentes fases de implementação.

A promoção da língua portuguesa é, juntamente com a concertação política e a cooperação técnica, um dos pilares regimentais da CPLP. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado em Cabo Verde, é o órgão da CPLP encarregado da coordenação de políticas e do desenvolvimento de projetos para a promoção da língua portuguesa. Seu atual diretor executivo é o linguista Incanha Intumbo, da Guiné-Bissau.

A Comissão Nacional Brasileira junto ao IILP (CN-IILP) é composta pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Ministério da Educação, pela Secretaria de Cultura, pela Academia Brasileira de Letras, pela Universidade Internacional da

Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) e por seis especialistas indicados pelos ministérios participantes. O coordenador na CN-IILP é o professor Carlos Faraco, renomado linguista e ex-reitor da Universidade de Federal do Paraná. O Brasil, que é o maior financiador do IILP.

Atualmente, o IILP desenvolve projetos como o Vocabulário Ortográfico Comum, que pretende a incorporação dos vocabulários de todos os países membros, bem como o Portal do Professor, destinado a oferecer material didático gratuito para o ensino de português como língua estrangeira. O IILP recentemente iniciou projeto para harmonização da terminologia técnica e científica entre os países membros. O Brasil acredita que o instituto deverá ter seu papel gradualmente estendido para a realização de projetos de interesse dos países membros da CPLP, a exemplo de um guia gramatical comum de referência e um dicionário básico construído a partir do Vocabulário Ortográfico Comum.

A CPLP realizou, em 2010, 2013 e 2016, Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, respectivamente em Brasília, Lisboa e Díli. As conferências têm-se mostrado profícuas para a discussão de políticas com vistas à promoção do idioma compartilhado.

Embora as negociações que resultaram na assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP), em 1990, antecedeam a criação da CPLP, os desdobramentos mais recentes do tema foram incorporados à agenda da organização, especialmente nas atividades desenvolvidas pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O Acordo Ortográfico é um tratado internacional do qual fazem parte Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, com o objetivo de criar ortografia unificada para o português.

Brasil e Portugal já ratificaram e implementaram o Acordo. Em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné-Bissau o instrumento, já ratificado, se encontra em fase de implementação. Já em Angola e Moçambique, resta pendente a ratificação.

Em 2010, a Guiné Equatorial adotou o português como a terceira língua oficial do país, ao lado do espanhol e do francês. Em 2014, o país tornou-se estado membro da CPLP. O processo de adesão foi acompanhado por um plano de trabalho negociado entre o governo da Guiné Equatorial e o Secretariado Executivo da CPLP, que formalizou o compromisso do país de promover o português em seu território, bem como de aproximar as estruturas institucionais equato-guineenses dos valores e princípios da CPLP.

Um dos maiores gestos da Guiné Equatorial no processo de ingresso na CPLP foi a declaração de moratória na aplicação da pena de morte no país. Em Brasília, durante a XI Cúpula da Comunidade, o presidente Obiang solicitou o apoio técnico dos estados membros para a harmonização legislativa de seu país, no sentido de converter a moratória da pena de morte em abolição plena do instituto.

O maior desafio enfrentado hoje pela CPLP consiste na gestão de seu próprio crescimento, já que a agenda da organização abrange atualmente uma imensa diversidade de temas. Especialmente no plano da cooperação, é imperativo estabelecer coordenação mais estreita entre as várias instâncias competentes, de modo a dar materialidade aos planos estratégicos já adotados.

Além disso, temas como mobilidade de pessoas no espaço da Comunidade, incremento da cooperação comercial e mecanismos de participação da sociedade civil vêm sendo apontados como desafios que a CPLP precisará equacionar em sua terceira década de existência. Nesse sentido, a "Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)", aprovada pelos chefes de estado e de governo durante a cúpula de Brasília, indica rumos a serem priorizados pela Comunidade nos próximos anos, notadamente: a facilitação da circulação de pessoas no espaço comunitário, a interação cultural, educacional e científica com os países Observadores Associados, além do incentivo ao incremento dos fluxos econômicos entre os países de língua portuguesa.

O Brasil desempenhou papel decisivo no processo que levou à criação da CPLP, em 1996, tendo como antecedente a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa ocorrida em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, por iniciativa do então presidente José Sarney. Alguns anos depois, em 1993, o então embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, realizou, por instrução do então presidente Itamar Franco, missão junto aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), com o objetivo de propor e discutir a constituição de uma comunidade de países de língua portuguesa, o que se revelou fundamental nas negociações que levaram à criação da CPLP, em 1996.

Desde a constituição da Comunidade, Brasil, Portugal e Angola têm sido os maiores contribuintes ao orçamento regular da organização. O Brasil é, individualmente, o maior contribuinte, responsável por, aproximadamente, 28% do orçamento da organização. O Brasil também aportou recursos para o Fundo Especial da CPLP, para o financiamento de projetos de cooperação.

O Brasil comandou o Secretariado Executiva da CPLP no período de 2000 a 2004, primeiramente com a senhora Dulce Maria Pereira, primeira mulher a exercer essa função, entre 2000 e 2002, e em seguida com o embaixador José Augusto de Médicis, entre 2002 e 2004. O Brasil esteve também à frente da Direção Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) entre 2010 e 2014, na pessoa do professor Gilvan Müller de Oliveira.

O Brasil exerceu a presidência rotativa da CPLP no período de 2002 a 2004 e entre 2016 e 2018. Foi também o primeiro estado membro a estabelecer uma Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa, em julho de 2006, dedicada exclusivamente à Comunidade.

Entre os programas e projetos de cooperação atualmente em curso, sob a responsabilidade da Agência Brasileira de Cooperação e implementados em parceria com a CPLP, destacam-se:

a) "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)", executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

(UNILAB): A iniciativa prioriza o intercâmbio do conhecimento e a mobilidade acadêmica no espaço da Comunidade. Estudantes, docentes, coordenadores de cursos, gestores e técnicos das instituições públicas de ensino superior dos estados membros são os beneficiários diretos deste projeto;

b) “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP”, executado pela Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Até o momento, foram realizadas em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde visitas oficiais que possibilitaram o intercâmbio de informações acerca de políticas públicas voltadas aos direitos das pessoas com deficiência e ações de capacitação de agentes responsáveis governamentais e não governamentais pela implementação das políticas voltadas a pessoas com deficiência, o que beneficiou mais de 180 multiplicadores nesses países. As ações de capacitação têm incluído, igualmente, módulo sobre Tecnologias Assistivas para a construção de lupas eletrônicas para pessoas com baixa visão e fabricação de almofadas para usuários de cadeiras de rodas.

c) "Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP", executado pela Agência Nacional de Águas: O projeto objetiva apoiar os governos dos estados membros da Comunidade na gestão dos recursos hídricos locais, por meio da transferência de tecnologia de redes e sistemas locais de monitoramento hidrológico; da capacitação de quadros de funcionários locais; e também da promoção de intercâmbio de experiências no desenvolvimento de marcos legais e de gestão de instituições responsáveis pelo tema.

d) “Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania”: A primeira fase do projeto foi implementada em São Tomé e Príncipe com o objetivo de compartilhar conhecimento técnico-metodológico e teórico sobre a arte e a prática esportiva da capoeira, assim como sobre sua utilização como recurso pedagógico, artístico e cultural. No momento, encontra-se em elaboração nova fase do projeto que beneficiará a Guiné-Bissau.

e) “CPLP Rumo a Brasília: participação de instituições relacionadas à gestão de recursos hídricos nos estados membros da CPLP em ações preparatórias e no 8º Fórum Mundial da Água de 2018”. O projeto alcançou os seguintes objetivos: participação efetiva das instituições de gestão de recursos hídricos dos países da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água; ação de intercâmbio na área de gestão de recursos hídricos, com ênfase em Governança da Água; presença de técnicos de todos

os países da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água. Apesar de já concluído, o projeto deixou como legado a institucionalização da Rede de Diretores de Recursos Hídricos da CPLP.

Ainda em benefício da CPLP, mas executados diretamente pela ABC mencionam-se as seguintes ações:

f) “Aprimoramento dos mecanismos de gestão dos projetos de cooperação implementados em parceria com a CPLP”: Essa atividade tem possibilitado viabilizar apoio metodológico e logístico para aprimoramento da atuação dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP e dos mecanismos de governança da cooperação comunitária, bem como garantir a participação de representantes do governo brasileiro e dos estados membros em ações da CPLP.

g) “Participação de Especialistas do Banco Central do Brasil – BCB em Reuniões Temáticas dos Bancos Centrais de Países de Língua Portuguesa – BCPLP”. Finalizada em janeiro de 2019, essa atividade teve como objetivo capacitar técnicos para o aprimoramento das estruturas dos Bancos Centrais dos estados membros da CPLP. A presença do Brasil em tais reuniões contribuiu para o fortalecimento do protagonismo do país em temas relevantes de supervisão e política monetária; o estreitamento de laços entre pares e o acesso a práticas e experiências que servem de base para a melhoria institucional.

A presidência de turno da CPLP

O Brasil exerceu a presidência rotativa da CPLP nos períodos de 2002 a 2004 e de 2016 e 2018. A segunda vez em que o Brasil assumiu a presidência de turno foi em 1º de novembro de 2016, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília. O Brasil elegeu para sua presidência o tema "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". A escolha formalizava o entendimento de que tal discussão permitiria aproximar a agenda de trabalho da CPLP da agenda global, além de fortalecer a presença da Comunidade junto a outros organismos internacionais, notadamente no sistema da ONU. A Agenda 2030, adotada pelas Nações Unidas em 2015, estabelece 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que, integrados e indivisíveis, conciliam as dimensões econômica, social e ambiental.

Na cúpula de Brasília, o então presidente Michel Temer recebeu dignitários de todos estados membros. Deslocaram-se ao Brasil o presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos de Almeida Fonseca; o presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang; o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa; o então presidente de São Tomé e Príncipe, Evaristo do Espírito Santo Carvalho; o então presidente de Timor-Leste, Taur Matan Ruak; o então vice-presidente de Angola, Manuel Domingos Vicente; o então primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Baciro Djá; o primeiro-ministro de Portugal, António Luís Santos da Costa, e o então ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Baloi. A XI Cúpula da CPLP contou, ainda, com a participação do engenheiro António Guterres, então secretário-geral eleito da Organização das Nações Unidas (ONU), do então secretário executivo da CPLP, embaixador Murade Murargy, e da ex-primeira-ministra de São Tomé e Príncipe, Maria do Carmo Silveira, que na mesma ocasião viria a ser eleita secretária executiva da Comunidade.

Ao fim da presidência de turno do Brasil, em julho de 2018, além de inúmeras reuniões técnicas e preparatórias, haviam sido realizadas 13 reuniões ministeriais da CPLP em território brasileiro. A X Reunião de Ministros da Cultura (5 de maio de 2017, em Salvador) foi a primeira delas. A ela seguiram-se a II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSAN (8 de junho de 2017, em Brasília), a XV Conferência de Ministros da Justiça (29 de junho de 2017, em Brasília), a IX Reunião dos Ministros do Turismo (29 de junho de 2017, em Foz do Iguaçu), a XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, que reuniu os chanceleres da CPLP (20 de julho de 2017, em Brasília), a IV Reunião de Ministros da Saúde (26 de outubro de 2017, em Brasília), a V Reunião das Ministras Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP (31 de outubro de 2017, em Brasília), a II Reunião de Ministros de Energia (22 de novembro de 2017, em Foz do Iguaçu), a III Reunião dos Ministros do Comércio (13 de março de 2018, em Brasília), a X Reunião dos Ministros da Educação (16 de março de 2018, em Salvador), a VII Reunião dos Ministros do Ambiente e a Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP (ambas em 21 de março de 2018, em Brasília) e, finalmente, a VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (21 de junho de 2018, em Brasília).

A despeito das limitações orçamentárias, o Brasil conseguiu viabilizar a participação de diversas delegações dos estados membros em várias dessas reuniões. O Ministério da Educação, por exemplo, patrocinou a vinda de mais de 80 docentes e

técnicos educacionais para a realização de oficinas pedagógicas voltadas aos países da CPLP, oferecidas no âmbito da presidência de turno brasileira.

O Brasil deixou a presidência da CPLP em 18 de julho passado, por ocasião da XII Cúpula da Comunidade, realizada em Cabo Verde, país que então assumiu a presidência da Comunidade. Cabo Verde elegeu como tema de seu mandato a tríade: "As pessoas, a cultura, os oceanos".

O tema da presidência cabo-verdiana revela a centralidade que deverá ser conferida à questão da circulação de pessoas no interior da Comunidade. A pauta é cara ao país, caracterizado por importante diáspora. Estima-se que cerca de 70% dos cidadãos de Cabo Verde residam no exterior. Se no arquipélago residem pouco mais de 500 mil cabo-verdianos, mais de um milhão encontram-se nos Estados Unidos e na Europa. Note-se que Cabo Verde e Portugal apresentaram, em 2017, documento de reflexão sobre eventual acordo de vistos de residência na CPLP.

No âmbito da cultura, Cabo Verde pretende trabalhar pelo fortalecimento de um mercado comum da indústria criativa, tendo em conta a riqueza cultural da Comunidade. O mote da presidência de turno volta-se também para o reforço institucional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), vinculado à CPLP e situado em território cabo-verdiano, cujo edifício carece de importantes reparos materiais. Cabo Verde tem sido assertivo em seu compromisso de renovar a estrutura física da sede do IILP. Da parte do Brasil, cabe notar que exposição itinerante do Museu da Língua Portuguesa recentemente percorreu países da CPLP, tendo visitado a cidade da Praia em julho passado, paralelamente à Cúpula que se realizava na Ilha do Sal.

Já o tema dos Oceanos possui várias vertentes, da ambiental à econômica, passando pela defesa. O Oceano Atlântico cumpre papel central na vida da maioria dos países da CPLP, e por isso deverá ser matéria de discussão e de iniciativas de cooperação durante a presidência cabo-verdiana. Em agosto passado, o Brasil sediou encontro das marinhas da CPLP, cuja cooperação se vem adensando nos últimos anos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1989	Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em novembro.
1990	Assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
1993	Missão do Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, aos países africanos de língua portuguesa, para discutir a criação de uma comunidade de países de língua oficial portuguesa.
1996	I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 17 de julho – Cimeira Constitutiva da CPLP. Portugal assume a presidência rotativa da CPLP. Marcolino José Carlos Moco (Angola) é escolhido o primeiro Secretário Executivo da CPLP.
1998	II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na Cidade da Praia, em 16 e 17 de julho. Cabo Verde assume a presidência rotativa da CPLP.
1999	Missão de observadores da CPLP ao referendo sobre a autodeterminação do Timor-Leste, em agosto – primeira missão de observação eleitoral da CPLP. CPLP ganha status de Observador na Organização das Nações Unidas (ONU).
2000	III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 17 e 18 de julho. Moçambique assume a presidência rotativa da CPLP. Dulce Maria Pereira (Brasil) é escolhida Secretária Executiva da CPLP.
2002	IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 31 de julho e 01 de agosto. Brasil assume a presidência rotativa da CPLP. Timor-Leste, independente desde 20 de maio de 2002, é admitido como

	<p>Estado membro da CPLP.</p> <p>José Augusto de Médicis (Brasil) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.</p>
2004	<p>V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, em 26 e 27 de julho.</p> <p>São Tomé e Príncipe assume a presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Luís de Matos Monteiro da Fonseca (Cabo Verde) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.</p>
2005	<p>O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é incorporado à arquitetura institucional da CPLP como um de seus órgãos.</p>
2006	<p>VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Bissau, em 16 e 17 de julho.</p> <p>Guiné-Bissau assume a presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Guiné Equatorial e República da Ilha Maurícia são admitidas como Observadores Associados da CPLP.</p> <p>O Brasil abre sua Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa.</p>
2007	<p>A Guiné-Bissau abre sua Missão Permanente junto à CPLP.</p>
2008	<p>VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de julho.</p> <p>Portugal assume a presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Domingos Simões Pereira é escolhido Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Senegal é admitido como Observador Associado da CPLP.</p> <p>Helder Vaz Lopes (Guiné-Bissau) assume como o primeiro Diretor-Geral da CPLP.</p> <p>Tem início o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DOCTV CPLP), projeto co-financiado por Brasil e Portugal, inspirado no programa brasileiro DOCTV.</p>
2009	<p>Portugal e Timor-Leste abrem suas Missões Permanentes junto à CPLP.</p> <p>Instituído o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, a ser comemorado no dia 05 de maio. A data refere-se ao dia em que ocorreu a primeira reunião de ministros da cultura dos países da CPLP, em 2000.</p>
2010	<p>VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 23 de julho.</p> <p>Angola assume a presidência rotativa da CPLP.</p>

	<p>Angola abre sua Missão Permanente junto à CPLP.</p> <p>I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Brasília, em março. Adoção do Plano de Ação de Brasília.</p> <p>O professor brasileiro Gilvan Müller de Oliveira é escolhido Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).</p> <p>São adotados os novos Estatutos do IILP, ainda em processo de ratificação.</p> <p>A CPLP declara seu apoio ao candidato brasileiro à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).</p> <p>A Guiné Equatorial adota o português como língua oficial e apresenta sua candidatura a membro pleno da CPLP.</p> <p>Criado o Prêmio José Aparecido de Oliveira, por iniciativa brasileira.</p>
2011	<p>I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, de 28 a 30 de setembro.</p> <p>O apoio da CPLP contribui para a eleição de José Graziano da Silva para a Direção-Geral da FAO.</p>
2012	<p>CPLP inaugura sua nova sede, em Lisboa.</p> <p>IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 20 de julho.</p> <p>Moçambique assume a presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Murade Isaac Miriguy Murargy (Moçambique) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Moçambique abre sua Missão Permanente junto à CPLP.</p> <p>O Prêmio José Aparecido de Oliveira é concedido pela primeira vez ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.</p> <p>Aprovada atualização dos Estatutos da CPLP, em processo de ratificação.</p>
2013	<p>II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Lisboa, em outubro. Adoção do Plano de Ação de Lisboa.</p> <p>CPLP apoia em bloco a candidatura do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo para a Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).</p>
2014	<p>X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, em 23 de julho.</p> <p>Timor-Leste assume a presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Georgina Benrós de Mello (Cabo Verde) assume como Diretora-Geral da CPLP.</p> <p>A Guiné Equatorial é admitida como membro pleno da CPLP.</p>

	<p>Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia são admitidos como Observadores Associados da CPLP.</p> <p>A professora Marisa Guião Mendonça (Moçambique) é escolhida a nova Diretora-Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).</p> <p>O brasileiro Carlos Alves de Moura é designado como Representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau. Exerce suas funções até a Cúpula de Díli, em julho.</p> <p>Início das atividades do grupo de trabalho encarregado de elaborar proposta de nova visão estratégica para a CPLP.</p>
2015	<p>Lançado o programa CPLP Audiovisual, que conta com apoio financeiro brasileiro.</p> <p>Em visita à sede da CPLP, em Lisboa, o então vice-presidente Michel Temer anuncia a disposição do Brasil de sediar a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, em 2016. O oferecimento brasileiro é oficialmente aceito pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, em sua reunião anual, em Díli, em 24 de julho.</p>
2016	<p>O Brasil assume a presidência de turno da CPLP, em 1º de novembro, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília.</p>
2017	<p>No cenário da presidência de turno brasileira, realizam-se as seguintes reuniões ministeriais em território nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • X Reunião de Ministros da Cultura (5 de maio, Salvador); • II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (8 de junho, Brasília); • XV Conferência de Ministros da Justiça (29 de junho, Brasília); • IX Reunião dos Ministros do Turismo (29 de junho, Foz do Iguaçu); • XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (20 de julho, Brasília); • IV Reunião de Ministros da Saúde (26 de outubro, Brasília); • V Reunião das Ministras Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP (31 de outubro de 2017, Brasília); • II Reunião de Ministros de Energia (22 de novembro, Foz do Iguaçu).
2018	<p>Ainda sob a presidência brasileira, ocorrem as seguintes reuniões:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • III Reunião dos Ministros do Comércio (13 de março, Brasília); • X Reunião dos Ministros da Educação (16 de março, Salvador); • VII Reunião dos Ministros do Ambiente e a Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP (ambas em 21 de março, Brasília); • VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (21 de junho, Brasília). <p>Em 18 de julho, Cabo Verde assume a presidência da Comunidade, por ocasião da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada naquele país. A delegação brasileira foi chefiada pelo então presidente Michel Temer.</p>
2019	Em 1º de janeiro, o embaixador português Francisco Ribeiro Telles assume como secretário executivo da CPLP, por dois anos.

ACTOS INTERNACIONAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
1. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	16/12/1990	01/01/2007	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.583, de 29/09/2008; D.O.U. nº 189, de 30/09/2008
2. Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	17/07/1998	01/01/2007	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.584, de 29/09/2008; D.O.U. nº 189, DE 30/09/2008
3. Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	25/07/2004	01/01/2007	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.585, de 29/09/2008; D.O.U. nº 189,

			de 30/09/2008
4. Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP	17/07/1996	17/04/2000	Em vigor Decreto de Promulgação nº 5.002, de 03/03/2004; D.O.U. nº 43, de 04/03/2004
5. Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/1996	17/04/2000	Em vigor Decreto de Promulgação nº 5.002, de 03/03/2004; D.O.U. nº 43, de 04/03/2004
6. Resolução sobre Revisão dos Estatutos da CPLP – XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros	02/11/2007	02/11/2007	Em vigor Decreto de Promulgação nº 8.339, de 13/11/2014; D.O.U. nº 221, de 14/11/2014
7. Revisão dos Novos Estatutos da CPLP	20/07/2017	Sem informação sobre entrada em vigor.	Sendo preparada exposição de motivos no MRE para envio à Casa Civil
8. XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da	22/07/2011	Sem informação sobre entrada em	A Exposição de Motivos foi

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Resolução sobre a Aprovação do Regimento Interno do IILP		vigor	assinada pelo MinC e está em análise pelo MEC.
9. Acordo de Cooperação Consular entre os Estados membros da CPLP	24/07/2008	01/05/2014 Entrada em vigor apenas para os Estados membros que depositaram os instrumentos de ratificação ou equivalentes: Moçambique, Timor-Leste e Portugal	Sob exame da SGEB/MRE
10. Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da CPLP	02/11/2007	01/09/2015 Entrada em vigor após a ratificação por Cabo Verde (2015), Portugal (2014) e Timor-Leste (2009)	Em vigor Decreto de Promulgação nº 9100, de 19/07/2017; D.O.U. nº 138, de 20/07/2017
11. Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP	30/07/2002 Dados obtidos no Concórdia	01/02/2006 Ratificado por: Angola (15/7/03); Portugal (13/8/03); São Tomé e Príncipe (16/9/03); Moçambique	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.771, de 16/02/2009; D.O.U. nº 33, de 17/02/2009

		(4/1/04); Cabo Verde (1/3/04); Brasil (12/1/06) e Guiné-Bissau (24/11/06).	
12. Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração	30/07/2002	01/02/2006 Ratificado por: Angola (15/7/03); Portugal (13/8/03); São Tomé e Príncipe (16/9/03); Cabo Verde (1/3/04); Moçambique (4/1/05); Brasil (12/1/2006) e Guiné-Bissau (4/1/05).	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.529, de 04/08/2008; D.O.U. nº 149, de 05/08/2008
13. Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP	30/07/2002	01/06/2004	Em vigor Acordo publicado no D.O.U. nº 33, Seção 1, de 14/02/2003
14. Acordo sobre Concessão de	30/07/2002	01/11/2005	Em vigor

Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas			Decreto de Promulgação nº 6.475, de 05/06/2008; D.O.U. nº 107, de 06/06/2008
15. Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP	30/07/2002	01/07/2004	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.471, de 04/06/2008; D.O.U. nº 106, de 05/06/2008
16. Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os Governos dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/2000	RATIFICAÇÕES: Guiné-Bissau 15/1/2001; Portugal 6/2/2001; Moçambique 15/5/2001; São Tomé e Príncipe 20/12/2002; Cabo Verde 28/8/2003; Brasil 10/7/2003. (Tel. 776, de 30/7/2008). DELBRASCPLP	Aprovado pelo Congresso Nacional Decreto Legislativo nº 329, de 10/07/2003; D.O.U. nº 132, de 11/07/2003 Embora não tenha sido ainda promulgado, o Brasil aplica os termos do Acordo.
17. Convenção sobre a	23/11/2005	01/08/2009	Em vigor

Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa			Decreto de Promulgação nº 8.049, de 11/07/2013; D.O.U. nº 133, de 12/07/2013
18. Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005	01/06/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº 7.935, de 19/02/2013; D.O.U. nº 34, de 20/02/2013
19. Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005	01/08/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº 8.833, de 4/8/2016; D.O.U. de 5/8/2016
20. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre estados de Língua Oficial Portuguesa para Prevenção, Investigação e Repressão das Infrações Aduaneiras	26/09/1986	14/11/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº 8.361, de 17/11/2014; D.O.U. nº 223, de 18/11/2014
21. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta	26/09/1986	14/11/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº 8.361, de

contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas			17/11/2014; D.O.U. nº 223, de 18/11/2014
22. Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Portuguesa	26/09/1986	14/11/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº 8.361, de 17/11/2014; D.O.U. nº 223, de 18/11/2014
23. Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	24/07/2015	Não entrou em vigor ainda.	Com a incorporação da Previdência Social pelo Ministério da Fazenda, o texto da Convenção foi reencaminhado, em 16/6/17, para o Min. da Fazenda para preparação de Exposição de Motivos.